

ANDRÉA BERNARDELLI IAMAGUCHI SHERZER

**PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NO TERRITÓRIO SUL DO AMAPÁ:
COMPARAÇÃO ENTRE O RETORNO ECONÔMICO E O SALÁRIO MÍNIMO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Agronegócio no curso de Pós-Graduação em Agronegócio. Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Anadalvo Juazeiro dos Santos

Co-orientadora: Dra. Ana M. C. Euler

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

A

Dra. Ana M.C. Euler da Embrapa Amapá
pela co-orientação e grande incentivo.

Msc. Walter Paixão de Sousa da Embrapa Amapá
por disponibilizar os dados de seu projeto para este trabalho.

Prof. Dr. Anadalvo Juazeiro dos Santos
por suas orientações.

E a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho equipe do projeto coordenado por Walter Paixão de Sousa, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Analista A da Embrapa Amapá; Sônia Maria Varela Costa, Técnica em Agropecuária, Gerente Técnica da Secretaria Municipal de Agricultura de Laranjal do Jarí; Sérgio Carvalho Barbosa, Técnico em Agropecuária, Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Laranjal do Jarí; Nazareno Viana Pimenta, Técnico em Agropecuária, Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Laranjal do Jarí; Elessandro Araújo da Silva, Técnico em Agropecuária, Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Laranjal do Jarí; Rizomar Conceição da Costa, Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá; Mayda Richelli Cavalcante Vasconcelos, Aluna da Escola Família Agroextrativista do Maracá; Marlon Vicente da Silva, Aluno da Escola Família Agroextrativista do Maracá, Humberto Lôbo Pennacchio, Analista de Mercado da castanha-do-brasil da CONAB e especialmente a minha família pelo apoio constante.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS	3
1.1.1 Geral	3
1.1.2 Específicos	3
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	4
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	8
2.3 AS ÁREAS PROTEGIDAS E O EXTRATIVISMO	10
2.4 PRODUÇÃO E PREÇO DA CASTANHA	14
2.5 A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	17
2.5.1 Determinação do Preço Mínimo	19
3 MATERIAL E MÉTODOS	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
4.1 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE PRODUÇÃO	25
4.2 CUSTOS E RECEITAS DA PRODUÇÃO DE CASTANHA NO TERRITÓRIO SUL DO AMAPÁ	26
4.3 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO EM 2006 E CONSIDERANDO O PREÇO MÍNIMO EM 2009	29
5 CONCLUSÕES	36
6. REFERÊNCIAS	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA 2006	23
FIGURA 2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA 2009	23
FIGURA 3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RESEX CAJARI	24
FOTOGRAFIA 1 – CASTANHA-DO-BRASIL	12
FOTOGRAFIA 2 – OURIÇOS ABERTOS	12
FOTOGRAFIA 3 – OURIÇOS DE CASTANHA	20
FOTOGRAFIA 4 – CASTANHEIRA	22
FOTOGRAFIA 5 – COPA DE CASTANHA	22
GRÁFICO 1 - REGISTRO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES NO PERÍODO DE 1990-2008.....	15
GRÁFICO 2 - GRÁFICO 2 – REGISTRO HISTÓRICO DA EXPORTAÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES NO PERÍODO DE 1990-2007.....	16
GRÁFICO 3 - REGISTRO HISTÓRICO DO TOTAL RECEBIDO PELO BRASIL E PELA BOLÍVIA COM A EXPORTAÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NO PERÍODO DE 1990-2007	16
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE PRODUÇÃO POR HECTOLITRO DA CASTANHA	25
GRÁFICO 5 – CUSTO MÉDIO NAS COMUNIDADES	26
GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO À RENDA TOTAL.....	27
GRÁFICO 7 - PARTICIPAÇÃO MÉDIA DOS DIFERENTES ITENS DE CUSTO EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL	28

GRÁFICO 8 - RECEITA BRUTA MÉDIA E RECEITA LÍQUIDA MÉDIA POR COMUNIDADE	28
GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL – TIPO EXTRATIVISTA	30
GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL – TIPO AGROEXTRATIVISTA	30
GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL COM RECEBIMENTO DO PREÇO MÍNIMO – TIPO EXTRATIVISTA	32
GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL COM RECEBIMENTO DO PREÇO MÍNIMO – TIPO AGROEXTRATIVISTA.....	32

RESUMO

Este estudo comparou o retorno econômico da produção de castanha-do-brasil pelas comunidades do Território sul do Amapá confrontando o salário mínimo com a receita obtida pelos extrativistas em 2006 e com a receita quando considerado o valor fixado como preço mínimo pelo governo federal dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em 2009. Os dados produtivos de 144 famílias foram obtidos de um projeto de estudo da cadeia produtiva da castanha no sul do Amapá. Na análise dos dados foram consideradas as famílias do tipo extrativista, que obtém renda somente da castanha, e as do tipo agroextrativista, aquelas que também obtém renda com a agricultura. Da análise dos dados concluiu-se que apenas com a produção dos castanheiros no sul do Amapá no modelo atual, as famílias obtém retorno econômico abaixo do salário mínimo, mesmo se conseguissem acesso a PGPM. Dessa maneira as áreas protegidas no território sul do Amapá estão mantendo a sustentabilidade ecológica, porém sem sustentabilidade econômica e social das famílias extrativistas. Para que a produção da castanha-do-brasil no território sul do Amapá seja economicamente mais rentável para as famílias é fundamental a busca de alternativas para aumento da produção, de agregação de valor ao produto, do preço mínimo e de uso de tecnologia, aliadas a políticas de pagamento por serviços ambientais.

Palavras-chave: Reserva Extrativista. Castanha-do-brasil. Preço mínimo. Amapá. Comunidades tradicionais.

PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NO TERRITÓRIO SUL DO AMAPÁ: COMPARAÇÃO ENTRE O RETORNO ECONÔMICO E O SALÁRIO MÍNIMO

1 INTRODUÇÃO

A exploração dos produtos florestais não madeireiros, realizada por povos e comunidades tradicionais¹, ganha cada vez mais importância como alternativa de se conservar a floresta amazônica em pé, com garantia de meios de vida para estes grupos e promoção do desenvolvimento regional. A árvore da castanha-do-brasil² (*Bertholetia excelsa* Bonpl.) ocorre na região amazônica em áreas de terra firme e é importante fonte de renda para diversas famílias produtoras.

A floresta amazônica atrai a atenção nacional e mundial em relação à preservação da natureza e do desenvolvimento social. Resultado de pressões de organismos nacionais e internacionais o governo federal criou no final da década de 1980 os primeiros Projetos de Assentamentos Agroextrativista e Reservas Extrativistas com o objetivo de conservar o bioma amazônico através de uma exploração auto-sustentável realizada pelas comunidades locais como forma de subsistência.

O extrativismo tem sido alvo de debates pela comunidade científica, muitos questionam o modelo extrativista como alternativa de desenvolvimento sustentável, afirmando que esse sistema de produção está superado, não possuindo viabilidade econômica, e que as áreas extrativistas protegidas são uma forma de preservação da

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural (definido pelo Decreto nº 6.040/07, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

² Também conhecida como castanha-do-pará ou castanha-da-amazônia.

miséria. Outros acreditam que as áreas protegidas são alternativas econômicas e ecológicas para as comunidades e o meio ambiente da região amazônica, e defendem a expansão do extrativismo com incorporação de tecnologia (ENRÍQUEZ, 2008, p. 109).

Para ALEGRETTI (1994, apud ENRÍQUEZ, 2008, p. 113) as Resex agregam conservação e desenvolvimento socioeconômico, e as atividades extrativistas não podem ser analisadas exclusivamente do ponto de vista econômico, pois envolvem também funções sociais e ambientais.

Este trabalho visa analisar fatores socioeconômicos envolvidos na produção de castanha-do-brasil pelas comunidades do Território Sul do Amapá³, visando identificar se o retorno econômico obtido como remuneração da mão-de-obra pelas famílias é adequado em relação às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social elaboradas pelo governo federal.

³ Território Sul do Amapá foi definido como Território da Cidadania pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), programa do governo federal lançado em 2008, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e acesso aos programas básicos de cidadania através de um desenvolvimento territorial sustentável.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Comparar o retorno econômico da produção de castanha-do-brasil obtido pelas comunidades tradicionais em áreas de Reserva Extrativista e Agroextrativista no Território Sul do Amapá, considerando as rendas de mercado e a receita quando utilizado o valor do hectolitro da castanha dentro da política de garantia de preços mínimos, em relação ao salário mínimo nacional.

1.1.2 Específicos

- a. Quantificar e analisar a produção, os custos, as receitas e o rendimento da produção da castanha-do-brasil por comunidades do Território Sul do Estado do Amapá;
- b. Analisar os critérios utilizados para a definição do preço mínimo fixado pelo Governo Federal para a castanha-do-brasil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO AMAPÁ

Pesquisas arqueológicas no Estado do Amapá, localizado na foz do rio Amazonas, indicam que a região possuiu grande diversidade cultural, dada a proliferação de diferentes estilos durante o Holoceno tardio (cerca de 2.000 Antes do Presente) (SALDANHA & CABRAL, 2009, p. 97).

Na fase colonial as terras do sul do Amapá foram palco de disputas por colonizadores holandeses, irlandeses, ingleses e franceses, que chegaram a estabelecer assentamentos produzindo tabaco e madeira para exportação, entre outros produtos. Essas disputas causaram um processo de militarização da região pelos portugueses, que entre outras obras, construíram a Fortaleza de São José de Macapá entre 1764 e 1782. Os portugueses preocupados em proteger a região adotaram políticas para a ocupação da Amazônia concedendo facilidades para o estabelecimento de colonos, assim foram chegando imigrantes açorianos e madeirenses, além de escravos negros, que acabaram por conceder liberdade aos índios, sendo estimulada a miscigenação destes com os portugueses (FILOCREÃO, 2007, p. 224 a 233).

O cacau, que chegou a ser cultivado, e a exploração das drogas do sertão tiveram sua importância econômica na ocupação da região, porém foi com o ciclo da borracha que a integração econômica com o mercado mundial vai atingir seu apogeu. A expansão gomífera permitiu a ocupação de áreas distantes da floresta, além disso “foi um período em que os processo de produção e apropriação das riquezas consolidaram-se em uma forma específica de financiamento, manifestada no chamado sistema de aviamento” (FILOCREÃO, 2007, p. 240).

O aviamento é uma relação econômica onde um intermediário ou comerciante abastece antecipadamente o trabalhador extrativista de produtos essenciais para sua sobrevivência e produção, sendo o valor deste adiantamento descontado posteriormente à entrega do produto (ex.borracha, castanha, etc). O sistema de aviamento pode ser considerado um sistema de semi-escravidão, pois os trabalhadores permanecem endividados mesmo depois de entregar sua produção.

O sucesso do cultivo da borracha na Ásia, a partir de 1912, com custos de produção bastante inferiores, causou uma profunda crise econômica na região amazônica. Com a perda do monopólio brasileiro da borracha, a produção da castanha-do-brasil, em determinadas áreas, teve um papel essencial na sustentação da economia amazônica, que aproveitou a infra-estrutura e o sistema de aviamento da borracha (FILOCREÃO, 2007, p. 241).

As grandes extensões de terras e dificuldades de acesso e escoamento da produção acabaram por estabelecer os detentores de capital, necessário para a extração dos produtos, como as autoridades locais. Assim, o coronel José Júlio se tornou o grande latifundiário da região de influência do rio Jarí, atual Território Sul do Amapá, se apropriando de terras de maneira não muito pacífica, impondo o domínio econômico e política na região. A castanha-do-brasil foi o maior negócio do coronel José Júlio, que exportava para a Europa através da marca Jarí. (FILOCREÃO, 2007, p. 247).

O coronel José Júlio, que se tornou senador pelo estado do Pará, mantinha uma relação de violência com os extrativistas, que se rebelaram em 1928 e fugiram para denunciar seus desmandos para as autoridades e imprensa de Belém. Principalmente em decorrência da chamada “Revolução de 30” e do enfraquecimento do poder oligárquico estadual, em 1948 José Júlio acaba vendendo suas terras para um grupo de empresários portugueses. Segundo FILOCREÃO (2007, p. 249) os principais povoamentos que

existem na região foram formados nessa época ao redor dos depósitos de produção. A partir do pós-guerra o Estado passa a ter um papel essencial na economia da região, implementando políticas de planejamento e desenvolvimento econômico, sendo que a criação do Território Federal do Amapá em 1943, foi um aspecto importante nesse esforço inicial, seguido pela transformação em estado em 1988 através da atual Constituição Federal.

Sob o controle dos empresários portugueses na região houve uma liberação gradativa para o plantio de produtos agrícolas. Com a diversificação das atividades ocorreu uma redução das mercadorias aviadas, beneficiando o retorno do modelo de unidades familiares agroextrativistas. Essa fase prolongou-se até 1967, quando a região passou para o controle do milionário americano Daniel Ludwig, que implantou o Projeto Jarí, ocasionando profundas mudanças na economia local. O projeto capitalista previu a derrubada de enormes extensões de floresta para reflorestamento de espécies exóticas, grande desenvolvimento de pecuária bovina e bubalina, plantio de arroz, dendê e banana, além da exploração de minérios. Esse novo processo trouxe desenvolvimento tecnológico para a região, como máquinas, laboratórios, aeroporto, porém, como consequência típica do capitalismo houve aumento da miséria da população local, identificada pelas péssimas condições de saúde, submoradia, subemprego, fome e prostituição (FILOCREÃO, 2007, p. 259 e 265).

Com os insucessos do projeto Jarí ocorreu o arrendamento dos castanhais para a empresa Amapá Importação e Exportação Ltda em 1970, que também falhou na empreitada, pois além de falta de pagamento da produção dos extrativistas foi denunciada por escravidão de posseiros. Em crise e sob o pretexto de não conseguir construir uma hidroelétrica Ludwig entrega o projeto para o governo brasileiro que assume as dívidas e repassa o projeto para o controle do grupo nacional CAEMI. Com permanentes problemas no fornecimento de energia e aumento na produção de celulose houve a

intensificação dos desmatamentos. A administração da Jarí pelo grupo também não trouxe melhoria na qualidade de vida da população local, que com modificações técnicas e administrativas levou ao aumento do desemprego. Com uma dívida acumulada de US\$ 410 milhões, em 2000 o Projeto Jarí passa a ser administrado pelo grupo Orsa, com sede em São Paulo, que vem tentando se aproximar da população, apoiando a Fundação Orsa, pertencente ao grupo, que destina 1% de seu faturamento bruto para programas sociais (PICANÇO, 2005, p. 79).

O Amapá teve três grandes fluxos migratórios na segunda metade do século XX, que foram determinantes no crescimento da população do estado. O primeiro foi logo após a elevação à categoria de Território Federal brasileiro em 1947, com o desmembramento do Pará e a instalação de um grande projeto de extração de manganês da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios do Amapá); o segundo ocorreu a partir de 1967 com a implantação do Projeto Jarí de Daniel Ludwig, atraindo diversos grupos de brasileiros, principalmente paraenses por empregos e salários; e o terceiro, no final da década de 80 e começo de 90, com a criação da Área de Livre Comércio em Macapá e Santana (ALCMS) (SOUZA, 2006, p. 20).

A partir do final da década de 80 formaram-se as organizações sindicais e cooperativas, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), a Cooperativa Mista de Agroextrativistas de Laranjal do Jarí (COMAJA), a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) e a Cooperativa dos produtores de castanha do Alto Cajari (COOPERALCA), além dos atuais gestores da RESEX Cajari incluindo o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) e a Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Cajari (ASTEX Cajari) representante dos moradores locais.

Com o desenvolvimento dos grandes projetos que incentivaram atividades produtivas, geralmente com efeitos devastadores, aumentam também os movimentos interessados na preservação da floresta em pé. A partir da década de 80 o Estado passou a intervir mais diretamente na região amazônica, resultado de pressões políticas de organismos internacionais e movimentos ecológicos, preocupados com a preservação da biodiversidade, das populações locais e dos efeitos do desmatamento sobre as mudanças climáticas.

No Amapá foram criados os Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II e III (PAE Maracá) em 1988, unificados em 1997; a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Cajari) em 1990 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru (RDS Iratapuru) em 1997, com objetivo de preservar o meio ambiente e garantir a continuidade da extração da castanha-do-brasil pelas comunidades locais. Segundo FILOCREÃO (2007, p. 269) “a criação dessas áreas deu sobrevida ao agroextrativismo sob a forma de unidades familiares, na medida em que garantiu o acesso a terras e aos recursos florestais as famílias que historicamente desenvolviam suas atividades extrativista ou agroextrativista na região”.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se mais difundido e passou a fazer parte da agenda mundial com a publicação, em 1987, do relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), “Nosso Futuro Comum”, conhecido como “Relatório Brundtland”. A proposta do desenvolvimento sustentável sugere que a necessidade de proteção ambiental deve estar aliada com a responsabilidade intergeracional, onde o progresso presente não comprometa a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras, através da inserção do meio

ambiente nas decisões socioeconômicas. Críticas ao desenvolvimento sustentável sugerem a dificuldade de operacionalização do conceito e sua viabilidade prática, sendo necessário conferir a possibilidade de aliar crescimento econômico, justiça social e controle dos problemas ambientais (ENRÍQUEZ, 2008, p. 52).

Sachs (1986, apud ENRÍQUEZ, 2008, p. 60) propôs cinco requisitos essenciais para que exista um desenvolvimento sustentável, que são: 1) sustentabilidade social – com redução das desigualdades sociais, 2) sustentabilidade econômica – com aumento da produção e da riqueza social, 3) sustentabilidade ecológica – com preservação do meio ambiente, 4) sustentabilidade espacial – com melhor distribuição territorial da população e 5) sustentabilidade cultural – como necessidade de se evitar conflitos culturais. Para o autor essas cinco dimensões devem ser buscadas através das necessidades específicas de cada ambiente.

As discussões aumentaram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, incentivando políticas de desenvolvimento sustentável com objetivo de harmonizar interesses econômicos, sociais e ambientais. Com a crescente preocupação com os recursos naturais do planeta, voltou-se a atenção para assegurar a valorização dos produtos importantes para as comunidades locais, garantindo também sua exploração sustentável (DINIZ, 2008, p.).

Em 1997 muitos países se encontraram no Japão, onde foi discutido e negociado o Protocolo de Quioto, que entrou em vigor somente em 2005. O Protocolo não foi ratificado pela maioria dos países como ocorreu com a Convenção da Biodiversidade, da ECO-92, pois o protocolo impõe obrigações para os participantes, como a redução da emissão de gases do efeito estufa em pelo menos 5,2% em relação às emissões de 1990.

Uma das opções para que os países e empresas cumpram as metas estabelecidas é a compra de créditos de carbono. Cada tonelada de CO₂ equivale a um crédito de carbono, assim as empresas que emitem podem comprar os créditos de quem comprovadamente deixou de emitir ou sequestrou carbono, conforme as normas do protocolo. As florestas são ótimas alternativas para geração de créditos de carbono.

2.3 AS ÁREAS PROTEGIDAS E O EXTRATIVISMO

O extrativismo na região sul do Amapá é realizado por população tradicional, sendo atividade de produção familiar. O rendimento com a produção da castanha representa grande parte do sustento dessas famílias. Segundo SOUZA & EULER (2009, p. 93) cerca de 69% dos castanheiros do sul do Amapá trabalham a mais de 20 anos na atividade extrativista de castanha-do-brasil.

O Projeto de Assentamento Extrativista - PAE Maracá ficou sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a RESEX Cajari do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a RDS Iratapuru da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

A criação dos Projetos de Assentamento Extrativista foi regulamentada através da Portaria do Incra nº 627 de 1987. As Reservas Extrativistas fazem parte da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), regulamentado pelo Decreto nº 98.897 de 1990, que em seu artigo primeiro decreta: “as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Classificadas como áreas protegidas de “uso direto”, nas RESEX’s são permitidas diversas formas de manejo sustentáveis pelas comunidades tradicionais admitindo acesso limitado aos recursos naturais.

Segundo FILOCREÃO (2007, p. 270) a economia agroextrativista vem se fortalecendo através da coleta de produtos como castanha, açaí, resinas e do cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, garantindo a sobrevivência da população que vive nas áreas protegidas além de manter a floresta em pé. No sul do Amapá, com a inviabilidade econômica da borracha, a castanha tornou-se o principal produto extrativista representando renda monetária essencial para a população.

Para FEARNSIDE (1989, apud ENRÍQUEZ, 2008, p. 108) o extrativismo, que é a retirada de produtos florestais não-madeireiros, tem ótimas perspectivas de uso sustentável e que a criação das RESEX's na Amazônia brasileira possibilitou a manutenção de áreas substanciais de florestas para as populações agroextrativistas.

Nos limites geográficos da RESEX Cajari existem áreas de floresta com grandes adensamentos de castanheiras, com mais de 10 árvores por hectare, e áreas com poucos espécimes, abaixo de uma castanheira por hectare, e até nenhuma, de onde podem ser extraídos outros produtos como cipó, frutos, resinas e caça. A coleta da castanha acontece no período de chuvas na região, entre janeiro e junho, época que os ouriços caem da copa para o solo. Os extrativistas coletam os frutos caídos, que pesam entre 500 a 1500 g, quebram os ouriços com auxílio de uma machadinha, facão ou foice, retirando entre 10 e 25 amêndoas de seu interior. As amêndoas são transportadas em paneiros até um local de armazenamento para posterior lavagem, dispostas para perderem o excesso de umidade e depois transportadas por animais, barcos ou tratores para serem comercializadas (SOUZA, 2006, p. 41).

A cotia (*Agouti* sp) utiliza a castanha para sua alimentação e realiza a dispersão das castanheiras ao enterrar amêndoas a poucos centímetros do solo, sendo que algumas dessas amêndoas germinam, originando novas árvores. A frutificação da castanheira

ocorre cerca de 15 meses após a floração, com isso frutificação e floração ocorrem ao mesmo tempo. Em 2005, SOUZA (2006, p. 41) verificou que o número de ouriços por planta variou entre 20 a mais de 500 frutos por castanheira, com uma média de 120. Segundo o autor os castanhais da Resex Cajari possuem amêndoas que variam de tamanho médio a pequeno, sendo que são necessários cerca de 53 ouriços para encher uma lata de 25 litros. A produção das castanheiras varia muito podendo ser afetada por diversos fatores como: tamanho da árvore, posição da copa no dossel, infestações de cipó, fatores climáticos, genéticos, condições do solo, interações com os polinizadores e com aves predadoras de frutos verdes (ZUIDEMA, 2000, apud SOUZA, 2006, p. 42). Anos de produção alta são intercalados por anos de produção mais baixa.



FOTO: ANDRÉA BERNARDELLI (JUL/2009)
FOTOGRAFIA 1 – CASTANHA-DO-BRASIL



FOTO: ANDRÉA BERNARDELLI (JUL/2009)
FOTOGRAFIA 2 – OURIÇO ABERTO

SOUZA (2006, p. 72) observou que as famílias na RESEX Cajari desenvolvem atividades agrícolas plantando roças anuais, tanto para consumo quanto para venda, de

culturas como banana, batatas, cará, jerimum e principalmente a mandioca. Baseado nessas atividades e em projetos familiares o autor identificou quatro tipos de sistemas de produção praticados: (i) o tipo extrativista, que tem como renda produtiva unicamente a produção dos castanhais e as atividades de agricultura e de criação são complementares somente para consumo familiar; (ii) o tipo agroextrativista, que tem como fonte de renda o extrativismo e a produção agrícola; (iii) o tipo comprador de castanha, que para garantir as necessidades da família também compram e vendem a produção de castanha de seus vizinhos, além de investir na pecuária bovina; e (iv) o tipo processador, que extrai pouca castanha, tendo como principal renda monetária a roça, salários e bolsa família⁴. O autor concluiu que em 2005 o tipo extrativista representava 43,9% das famílias na área de estudo, o tipo agroextrativista também 43,9%, o tipo comprador 2,4% e o tipo processador 9,8%, sendo que comparado com o ano de 2000 o tipo agroextrativista cresceu 60% de representatividade, demonstrando que as famílias têm maior atração pelo pólo agroextrativista, pois mantiveram e ampliaram suas atividades agrícolas. SOUZA (2006, p. 128) concluiu que no período da ‘entressafra’, as atividades agrícolas se mostram de grande importância para geração de renda e ocupação das famílias extrativistas. Segundo o autor, desde 1890 quando a região era de propriedade do Sr. José Júlio, a extração da castanha-do-brasil é atividade geradora de renda para as famílias locais.

O extrativismo no sul do Amapá envolve atividades de limpeza de varadouros, construção ou reparo de retiros e paios⁵, que ocorrem entre novembro e dezembro, confecção de paneiros em janeiro, coleta, quebra de ouriços, lavagem, transporte e venda que ocorrem entre fevereiro e maio (SOUZA, 2006, p. 74). Para o autor as RESEX's atendem ao objetivo duplo que alia conservação ambiental e desenvolvimento social através da utilização sustentável da floresta.

⁴ Programa Bolsa Família do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) do Governo Federal.

⁵ Construções elevadas para secagem e armazenamento da castanha.

2.4 PRODUÇÃO E PREÇO DA CASTANHA-DO-BRASIL

Em 1633 a castanha foi negociada no mercado internacional pela primeira vez por holandeses localizados no Pará que exploravam e exportavam para a Europa. Segundo FILOCREÃO (2007, p. 276) do pós-guerra até 1959 a produção anual de castanha ficou entre 17.601 a 41.524 toneladas e de 1960 a 1985 oscilou entre 33.776 a 65.000 toneladas, confirmando a importância do produto como substituto da borracha para os extrativistas. Para o autor: “Quanto aos preços de mercado, a castanha do Pará por apresentar a característica de ter um volume pouco significativo no mercado de nozes comestíveis (1 a 2%), e por ser facilmente passível de substituição por suas congêneres, por ser majoritariamente utilizada em produtos de misturas de nozes, tem seu preço muito volátil e dependente dos preços das outras amêndoas” (FILOCREÃO, 2007, p. 279). A flutuação do preço da castanha pode chegar a 21% para cima ou para baixo de um ano para outro (LAFLEUR, 1993, apud FILOCREÃO, 2007, p. 279).

Até a década de 1990 o Brasil era o maior exportador mundial de castanha, porém a partir da metade da década a Bolívia assumiu a liderança. Com dificuldade em atender as exigências dos mercados europeu e americano, que diminuíram a tolerância de 20 ppb (parte por bilhão) de aflatoxina⁶ para 4 ppb, a Bolívia conseguiu se modernizar e dominar o mercado (esta modernização está relacionada a vultuosos investimentos do Banco Mundial numa tentativa de reduzir a pobreza no país mais pobre da América do Sul). Pela falta de incentivo à modernização da indústria e o monopólio de exportação de uma única família, além de políticas favoráveis aos grandes projetos agropecuários, o Brasil perdeu espaço mundial na comercialização da castanha. (FILOCREÃO, 2007, p. 280). Tendo que buscar o mercado interno para venda de sua produção, que possui normas de higiene

⁶ Substância produzida por alguns fungos e potencialmente cancerígena para o homem.

menos rígidas permitindo até 30 ppb de aflatoxina, os castanheiros vêem seu rendimento diminuir.

O Gráfico 1 mostra o registro histórico da produção de castanha-do-brasil nos principais estados produtores.

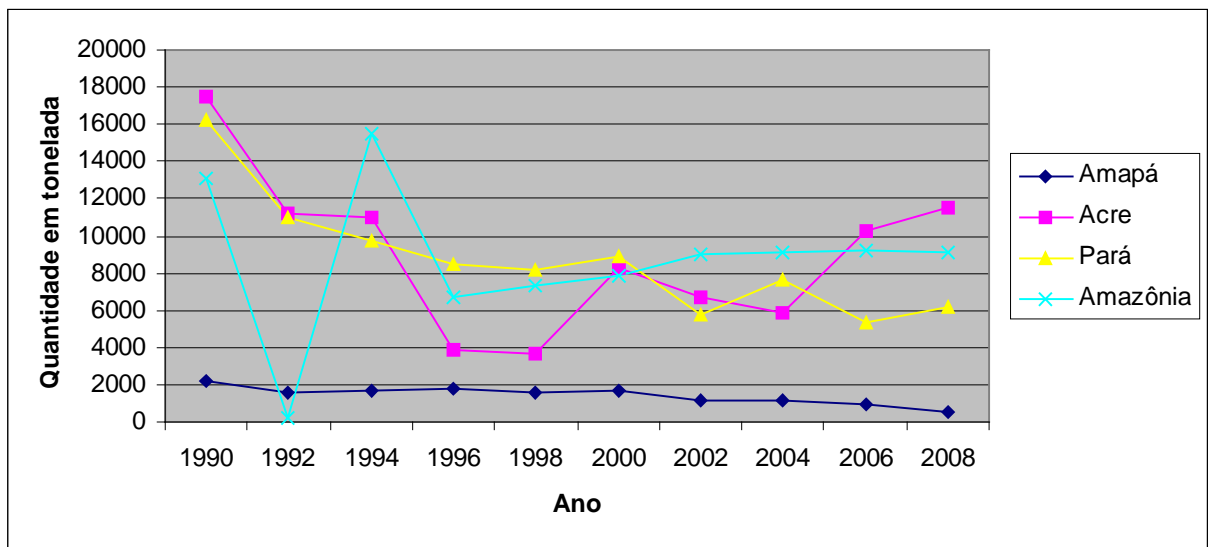


GRÁFICO 1 – REGISTRO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES NO PERÍODO DE 1990-2008.

FONTE: IBGE (2009)

Observa-se um declínio na produção de castanha nos quatro principais estados produtores no período de 1990-2008.

O Gráfico 2 mostra o registro histórico da exportação de castanha-do-brasil com casca e sem casca do Brasil e da Bolívia, no período de 1990-2007, e o Gráfico 3 mostra o registro histórico do total por esses países.

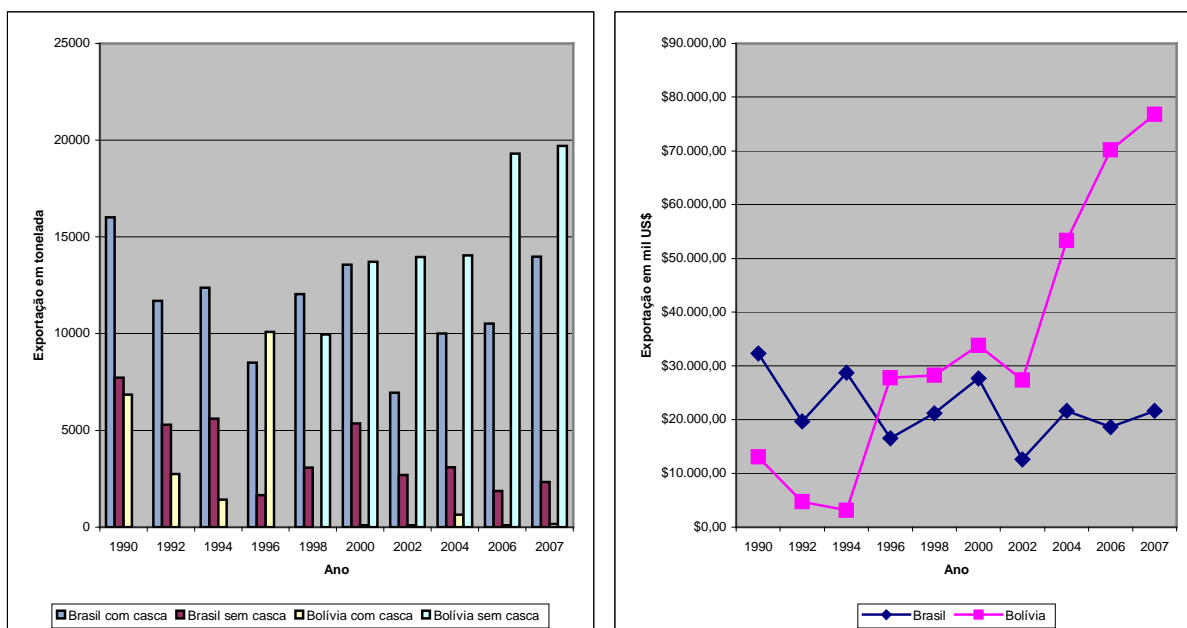


GRÁFICO 2 – REGISTRO HISTÓRICO DA EXPORTAÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES NO PERÍODO DE 1990-2007

FONTE: FAO (2008)

GRÁFICO 3 – REGISTRO HISTÓRICO DO TOTAL RECEBIDO PELO BRASIL E PELA BOLÍVIA COM A EXPORTAÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL NO PERÍODO DE 1990-2007.

FONTE: FAO (2008)

Observa-se que a exportação brasileira de castanha-do-brasil tanto com casca como sem casca oscilou constantemente no período de 1990 a 2007, diferentemente, a Bolívia em 1996 ultrapassa o Brasil na quantidade de castanha com casca exportada e a partir de 1998 aumenta gradativamente a quantidade de castanha sem casca exportada, superando em mais de 8 vezes a quantidade brasileira em 2007 e quase deixando de exportar o produto com casca (Gráfico 2).

Como a castanha-do-brasil sem casca agrega muito mais valor do que o produto com casca (menor volume, peso e facilidade de consumo), verifica-se que os valores recebidos pela Bolívia com a exportação da castanha aumentaram consideravelmente, e o Brasil teve o total exportado diminuído (Gráfico 3). Esses dados indicam o potencial lucrativo da exportação da castanha, principalmente a exportação da castanha sem casca.

2.5 A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)

A PGPM é uma política de intervenção do governo no mercado com a finalidade de garantir o recebimento do preço mínimo estabelecido, caso os preços de mercado se situem abaixo do fixado, funcionando como um seguro de preço, garantindo um retorno mínimo para os produtores.

Segundo COELHO (2001, apud STEFANELO, 2005, p. 29 e 30) a política agrícola e a de preços mínimos podem ser divididas em quatro fases. A primeira, no período de 1931 a 1965, abrangeu a criação de diversos órgãos públicos. A segunda, de 1965 a 1985, que envolveu reformulação e regulamentação da PGPM. A terceira, de 1985 a 1995, com planos de estabilização econômica, abertura comercial e redução da oferta de crédito oficial. E a última fase, iniciada em 1995, abrangendo a busca para resolver o problema do endividamento rural, com estabilização interna dos preços através do Plano Real e introdução de variáveis ambientais no cenário econômico.

Em 2004 a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) substituiu o Banco do Brasil na operacionalização da PGPM, ficando responsável pela elaboração das normas específicas, por meio de edições de Títulos no Manual de Operações da CONAB (MOC), cabendo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) as deliberações, ao Banco Central do Brasil (BACEN) o estabelecimento das normas e ao Banco do Brasil as atividades de regulamentação, controle e fiscalização, de acordo com a Resolução nº 3.208 do BACEN, de 24/06/2004.

O preço mínimo é um valor monetário instituído pelo governo federal, que após aprovação de voto pelo CMN, são fixados através de decreto presidencial, por unidade de peso ou volume do produto no padrão oficial de classificação, com vigência de um ano safra.

Antes da castanha-do-brasil ser incluída na PGPM o governo brasileiro elaborou diversas leis e políticas com a finalidade de estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento econômico da Amazônia com base no uso sustentável da floresta, a valorização da floresta em pé e contra o desmatamento (EULER, 2009, p. 4). Dentre elas estão a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006), o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 2007) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Somente em 2008 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu produtos do extrativismo incluídos na PGPM, entre eles estão castanha-do-brasil, açaí, seringa, andiroba, copaíba, buriti, pequi, piaçava, babaçu e carnaúba, com direito à garantia do preço mínimo previsto na Medida Provisória 432, convertida na Lei nº 11.775 de 17.09.2008.

O Decreto nº 6.557 de 08.09.2008 fixou o preço mínimo da castanha com casca em R\$52,49 por hectolitro⁷ para a safra de 2009, valor mantido pela Portaria nº 543 de 27.07.2009, para a safra de 2010.

No caso do produtor vender seu produto a um valor menor que o preço mínimo, a CONAB paga uma subvenção diretamente ao produtor, referente à diferença entre o preço da venda e o preço mínimo, no limite máximo de R\$ 1.540,00 por extrativista, estabelecido pelo Comunicado CONAB/MOC nº 008 de 16.04.2009, para a safra de 2009, e nº 016 de 14.08.2009, para a safra de 2010.

⁷ Um hectolitro equivale a 100 litros (aproximadamente 55 kg de castanha-do-brasil).

2.5.1 Determinação do Preço Mínimo

O preço mínimo da castanha-do-brasil é determinado pelo Conselho Monetário Nacional e CONAB dentro da política de garantia de preços mínimos (PGPM), instituído pela Medida Provisória 432, convertida na Lei nº 11.775/2008.

A equipe técnica da CONAB realiza os estudos para estabelecer o preço mínimo. A metodologia de cálculo busca considerar os gastos assumidos pelo produtor desde as fases iniciais de correção e preparo do solo até a fase inicial de comercialização do produto. A formulação do método tem o objetivo de determinar o custo médio de comercialização dos principais produtos contemplados pela PGPM como algodão, arroz, feijão, milho.

O custo é obtido mediante a multiplicação da matriz de coeficientes técnicos, uma combinação de insumos, de serviços e de máquinas e implementos utilizados no processo produtivo, pelo vetor de preços dos fatores, representado pelos preços médios praticados na área de estudo. A CONAB utiliza a metodologia de identificar o custo estimado, antes do início de processo de preparo do solo, com objetivos de definir políticas para a safra; e custo efetivo, realizado com os preços já praticados, com objetivo de obter subsídios para as políticas futuras.

Para mensuração dos custos a CONAB utiliza o critério de determinação dos custos explícitos, aqueles diretamente desembolsados pelo produtor durante o processo como insumos, mão de obra temporária, animais e outros; e os custo implícitos, que são aqueles não diretamente desembolsados como depreciação de benfeitorias, máquinas, remuneração da terra e outros.



FOTO: ANDRÉA BERNARDELLI (JUL/2009)
FOTOGRAFIA 3 – OURIÇOS DE CASTANHA

3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo englobou comunidades envolvidas com a produção da castanha-do-brasil no Território Sul do Amapá, englobando o PAE Maracá, a RESEX Cajari e a RDS Iratapuru, que possuem área aproximada de 569.208,54 hectares, 481.650 hectares e 806.184 hectares, respectivamente, abrangendo terras dos municípios de Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Mazagão.

No presente estudo foram utilizados dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amapá) coletados em 2007 referentes ao ano de 2006⁸.

A metodologia utilizada para coleta dos dados pela equipe do projeto foi qualitativa, através de entrevistas não estruturadas e depoimentos, e quantitativa, com a aplicação de questionários estruturados. A amostra foi constituída de 151 (cento e cinquenta e um) castanheiros, pertencentes a 22 comunidades locais, responsáveis por quase toda produção de castanha no sul do Amapá. Os castanheiros foram selecionados através de uma amostra dirigida por uma rede de relações por meio de entrevistas com os principais compradores locais de castanha e com o maior atravessador do Amapá.

As entrevistas abordaram perguntas sobre dados gerais e dados produtivos envolvendo identificação dos castanheiros, características da unidade de produção familiar e os custos para a produção da castanha. No presente estudo foram utilizados apenas os dados produtivos de custo como gastos com sacaria, paneiro, paiol, machado,

⁸ Os dados foram coletados por uma equipe coordenada pelo pesquisador Walter Paixão da Souza da Embrapa Amapá parte de um projeto realizado com recursos do Convênio de Cooperação Técnica Embrapa Amapá, Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá (ADAP) e Banco Mundial, com objetivo de realizar um estudo sucinto da cadeia da castanha-do-brasil no Território sul do Amapá.

terçado, vestuário, cambito⁹ e transporte até o ponto de venda da produção, além de informações sobre quantidades produzidas e preço obtido. Dos 151 castanheiros, 7 não responderam os questionários de dados produtivos, portanto no presente estudo foram consideradas as informações de 144 castanheiros, pertencentes a 22 comunidades. As informações coletadas foram organizadas no programa Excel 2000, a tabulação dos dados identificou os principais custos, rendimento obtido, produção. Em julho de 2009 foi realizada uma visita de campo para reconhecimento da realidade local, tanto comunitária como da área de produção.



FOTO: ANDRÉA BERNARDELLI (JUL/2009)
FOTOGRAFIA 4 – CASTANHEIRA



FOTO: ANDRÉA BERNARDELLI (JUL/2009)
FOTOGRAFIA 5 – COPA DE CASTANHEIRA

As informações sobre a metodologia e coleta de dados para definição do preço mínimo para a castanha-do-brasil foram pesquisadas junto à equipe técnica da CONAB.

⁹ Instrumento de madeira de fabricação artesanal utilizado pelos coletores para pegar as castanhas do solo e direcioná-las para o paneiro ou cesto. Também chamado de mão de onça (Acre e Rondônia).

Na análise dos dados foram realizadas duas comparações, uma entre a renda obtida em 2006 com o salário mínimo nacional vigente na época e outra entre a renda considerando a produção em hectolitros por castanheiro em 2006, multiplicado pelo preço mínimo fixado pelo governo federal em 2009, de R\$ 52,49/hectolitro, menos a porcentagem representativa dos custos, comparada com o salário mínimo nacional vigente em 2009. Além disso, em cada período, 2006 e 2009, foram consideradas as hipóteses das famílias serem do tipo extrativista, dividindo a receita bruta média por 12 meses; e do tipo agroextrativista, dividindo a receita bruta média por 6 meses, conforme Figura 1 e 2.

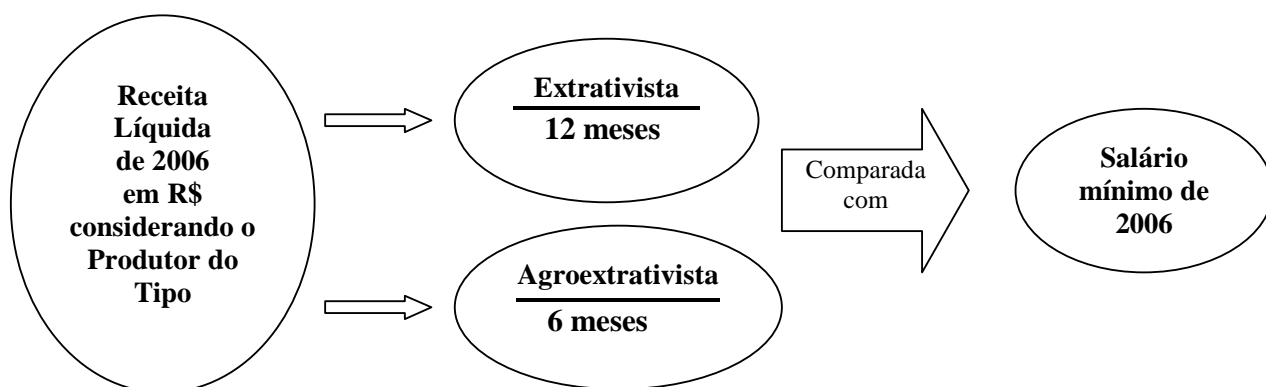


FIGURA 1 – METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA 2006
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

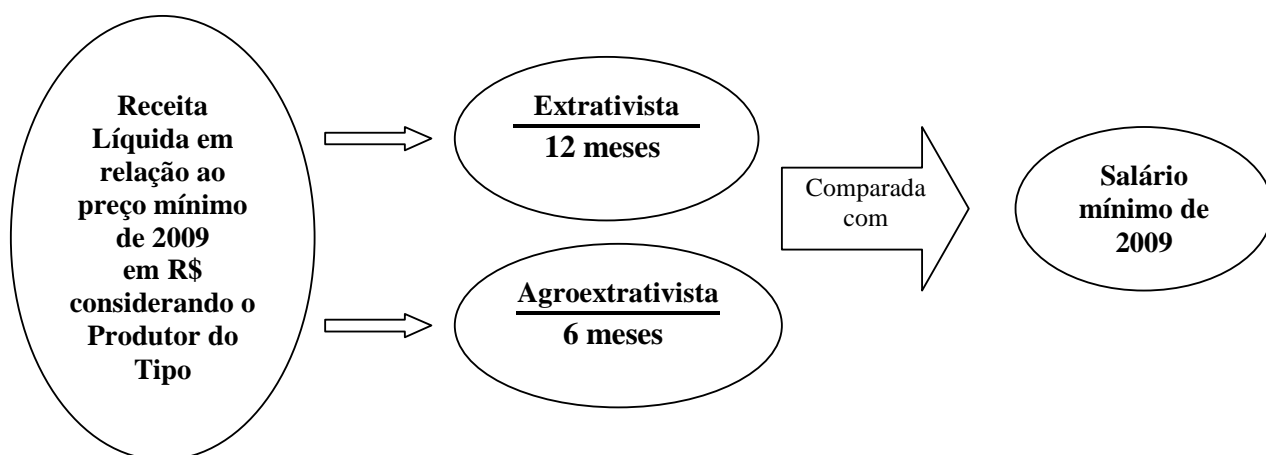


FIGURA 2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA 2009
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE PRODUÇÃO

O Gráfico 4 apresenta a distribuição das famílias por faixa de produção por hectolitro de castanha.

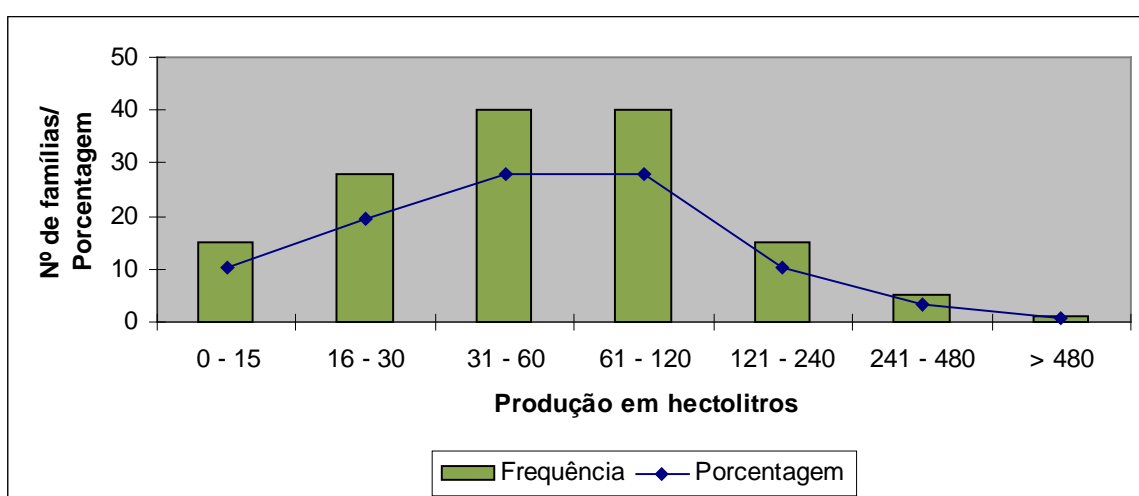


GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE PRODUÇÃO POR HECTOLITRO DA CASTANHA

FONTE: DADOS DO ESTUDO

Verifica-se que cerca de 58% das famílias produziu menos que 60 hectolitros de castanha por ano (Gráfico 4), indicando baixa produção e conseqüentemente baixo retorno econômico. Muitos castanheiros trabalham com o sistema de meia, onde convidam outras pessoas para ajudar na coleta da castanha e o pagamento é realizado em produção, portanto a produção dessas famílias fica reduzida.

4.2 CUSTOS E RECEITAS DA PRODUÇÃO DE CASTANHA NO TERRITÓRIO SUL DO AMAPÁ

O Gráfico 5 mostra o custo médio de produção por comunidade.

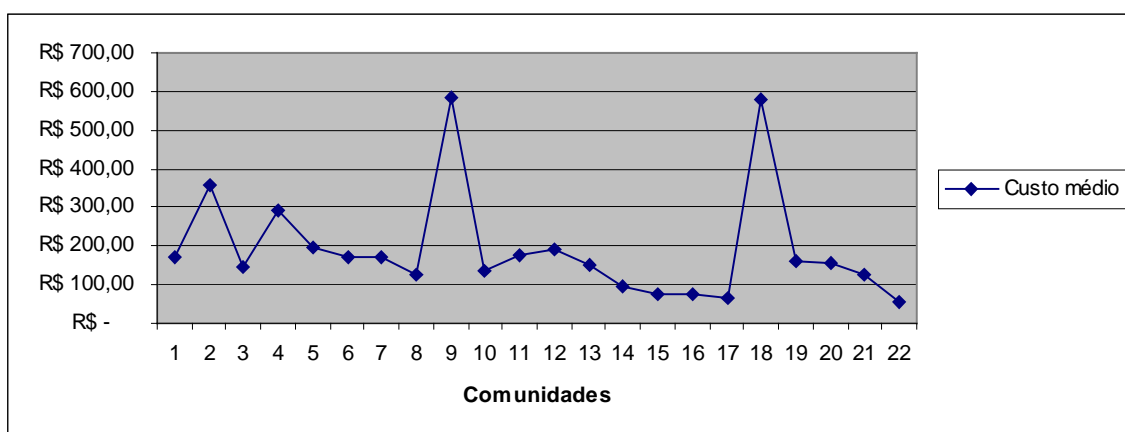


GRÁFICO 5 – CUSTO MÉDIO NAS COMUNIDADES (1.Marinho, 2.Açaizal, 3.Martins, 4.Água Branca, 5.Santa Clara, 6.Itaboca, 7.Lontra, 8.Serrinha, 9.Bacuri, 10.Santarém, 11.São Pedro, 12.Dona Maria, 13.Sororoca, 14.Acampamento, 15.Maruim, 16.Varadouro, 17.Vila Maracá, 18.Iratapuru, 19.Terra Vermelha, 20.Padaria, 21.Cachoeira Santo Antonio, 22.São José)
FONTE: DADOS DO ESTUDO

Observa-se que houve grande variação dos custos (R\$53 ~R\$ 582) (Gráfico 5) entre as comunidades na safra de 2006, sendo que as comunidades 9 e 18 apresentam custo bastante superior em relação às outras comunidades por localizarem-se em região de difícil escoamento da produção.

O Gráfico 6, mostra a participação dos custos na renda total obtida pelas famílias na venda de castanha.

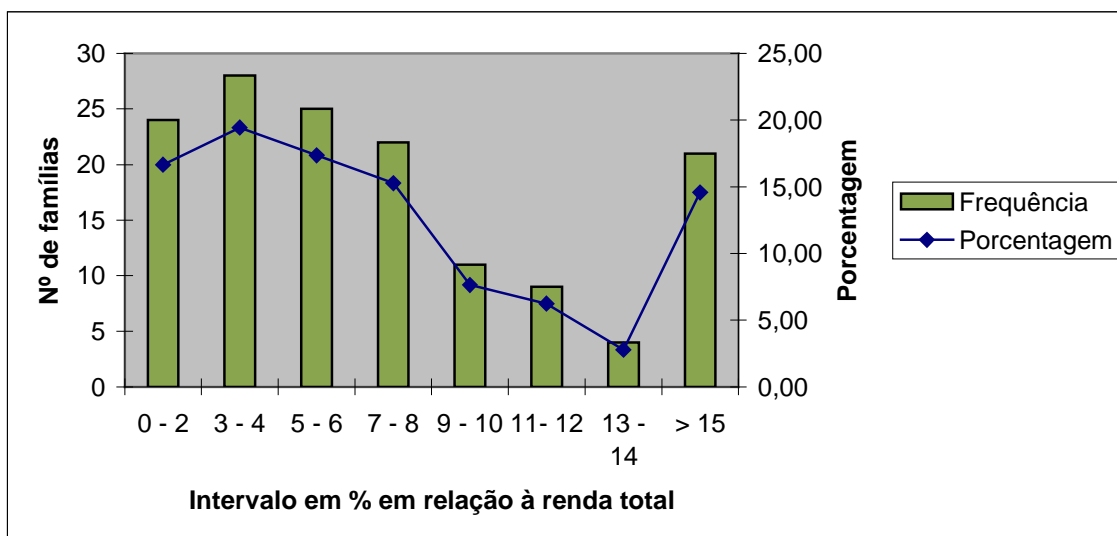


GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO À RENDA TOTAL
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

Analisando o Gráfico 6 percebe-se que para apenas 17,4% das famílias os custos representam mais que 13% da renda total obtida, indicando que para a maioria das famílias os custos representam um baixo percentual em relação ao rendimento e que o rendimento obtido é basicamente a remuneração da mão-de-obra do extrativista.

O Gráfico 7 apresenta a composição dos custos das comunidades envolvidas e a participação média de cada item relativo ao custo total.

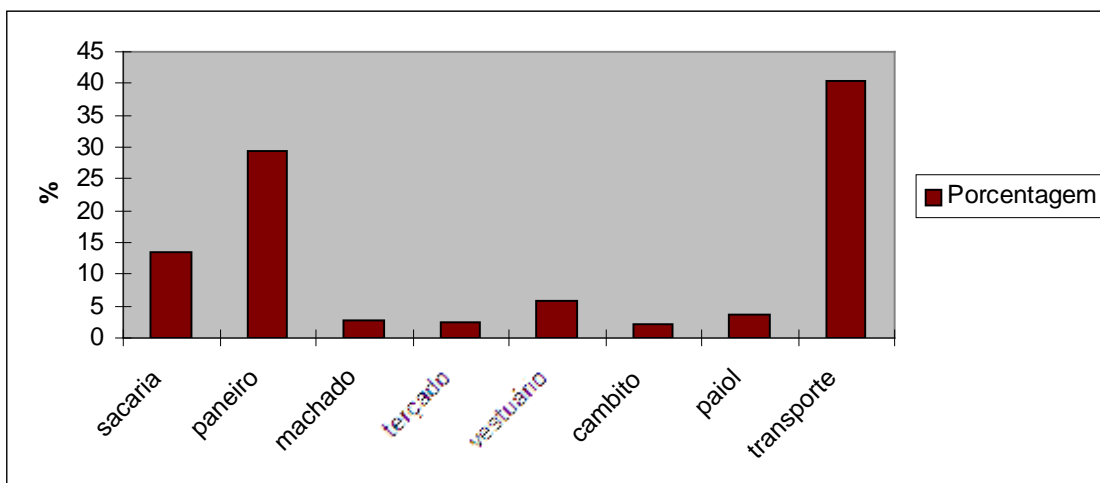


GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO MÉDIA DOS DIFERENTES ITENS DE CUSTO EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

Verifica-se que o transporte representa cerca de 40% do custo total e os gastos com sacaria e paneiro, somados, mais 43% dos custos das famílias (Gráfico 7). O Gráfico 8 mostra a receita bruta média e a receita líquida média das comunidades estudadas.

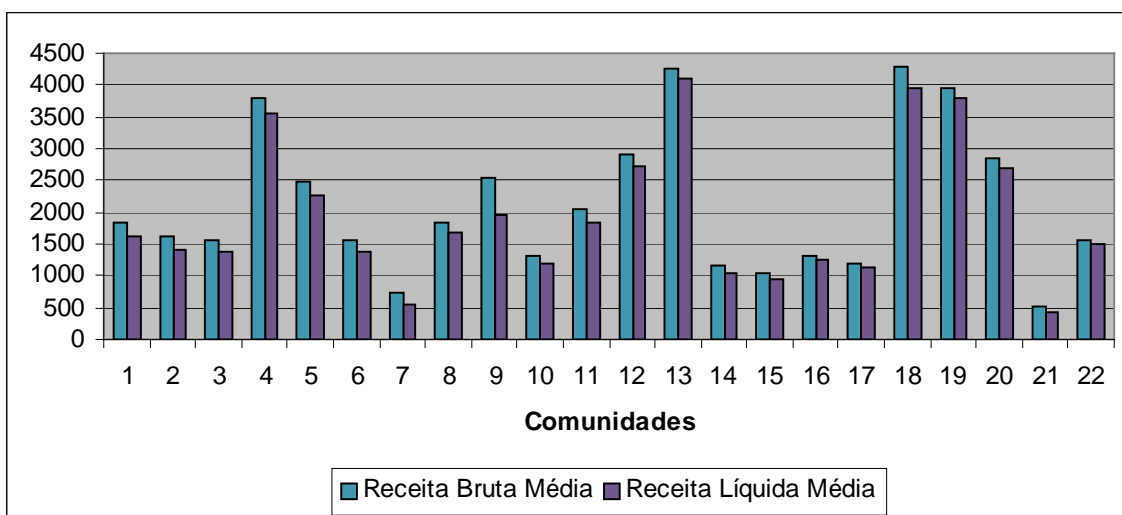


GRÁFICO 8 – RECEITA BRUTA MÉDIA E RECEITA LÍQUIDA MÉDIA POR COMUNIDADE
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

Observa-se que houve uma grande variação na receita líquida média familiar entre as comunidades (R\$416 ~\$4.101) (Gráfico 8), esta variação relaciona-se principalmente ao volume de produção e preço obtido por hectolitro pelos castanheiros, já que os baixos custos não afetam muito o rendimento.

O preço depende do período em que a castanha foi vendida (início, meio ou final da safra) e a maneira como foi negociado com o comprador. Nas comunidades distantes, com logística desfavorável, são os atravessadores que garantem o escoamento da produção e determinam o preço de mercado local (SOUZA & EULER, 2009, p 94).

4.3 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO EM 2006 E CONSIDERANDO O PREÇO MÍNIMO EM 2009

O Gráfico 9 traz a distribuição das famílias por faixa de rendimento líquido médio mensal, dividindo o rendimento líquido em 12 meses, isso considerando que as famílias fazem parte do tipo extrativista. Já o Gráfico 10 traz a distribuição das famílias por faixa de rendimento líquido médio mensal, porém dividindo o rendimento líquido em 6 meses, considerando que as famílias fazem parte do tipo agroextrativistas, tempo médio gasto na produção de castanha e nos outros 6 meses obtêm renda das atividades agrícolas.

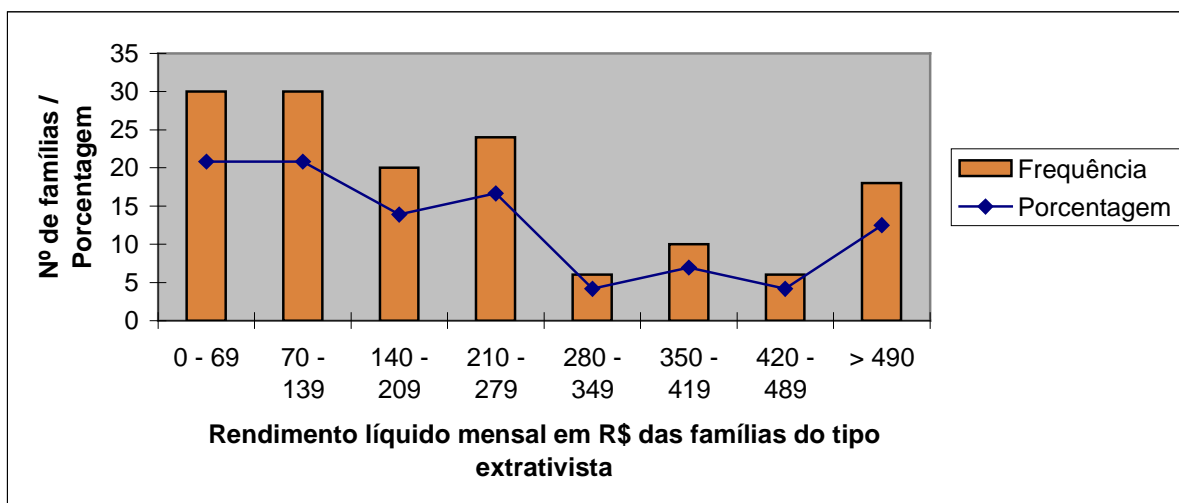


GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL – TIPO EXTRATIVISTA
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

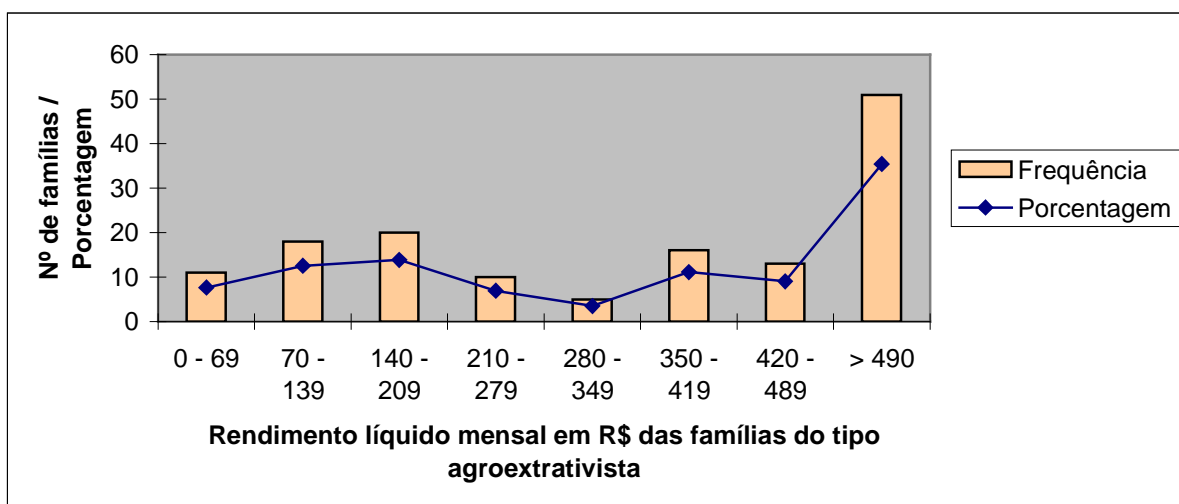


GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL – TIPO AGROEXTRATIVISTA
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

Considerando o salário mínimo vigente em 2006 (R\$ 350,00) e que as famílias são do tipo extrativista, constata-se que 76,4% delas teriam rendimento médio mensal abaixo do salário mínimo em 2006 (Gráfico 9). Como as famílias do tipo extrativista obtêm rendimento somente da produção de castanha, verifica-se que a renda monetária dessas

famílias é insuficiente, enquadrando-se em situação de miséria. Além disso, a maioria das comunidades não possui água encanada, nem saneamento básico e a situação de educação e saúde é precária.

No entanto, considerando que as famílias são do tipo agroextrativista verifica-se que 44,4% deles teriam rendimento médio mensal abaixo do salário mínimo em 2006 (Gráfico 10), indicando que se as famílias conseguem realizar outra atividade lucrativa nos meses de entressafra da castanha, no caso a agricultura, o rendimento da safra da castanha se torna atrativo para a maioria. Isso explica a tendência em curso, apontada por SOUZA (2006, p. 114), de migração do padrão de produção extrativista para o agroextrativista. Parece uma tendência natural do ponto de vista socioeconômico, mas deve ser melhor avaliada, pois a intensificação da agricultura nestas áreas a longo prazo pode representar uma ameaça à conservação ambiental.

Em 2009 o preço mínimo para a castanha-do-brasil foi fixado em R\$ 52,49 para as safras de 2009 e 2010, com limite de subvenção de R\$ 1.540,00 por extrativista.

O Gráfico 11 traz o cálculo do rendimento líquido médio mensal considerando o preço mínimo do hectolitro da castanha fixado pelo governo federal para a safra de 2009 e 2010 e que as famílias são do tipo extrativista (divisão por 12 meses). O Gráfico 12 traz o cálculo do rendimento líquido médio mensal considerando que as famílias são do tipo agroextrativista (divisão por 6 meses), também utilizando o preço mínimo da castanha.

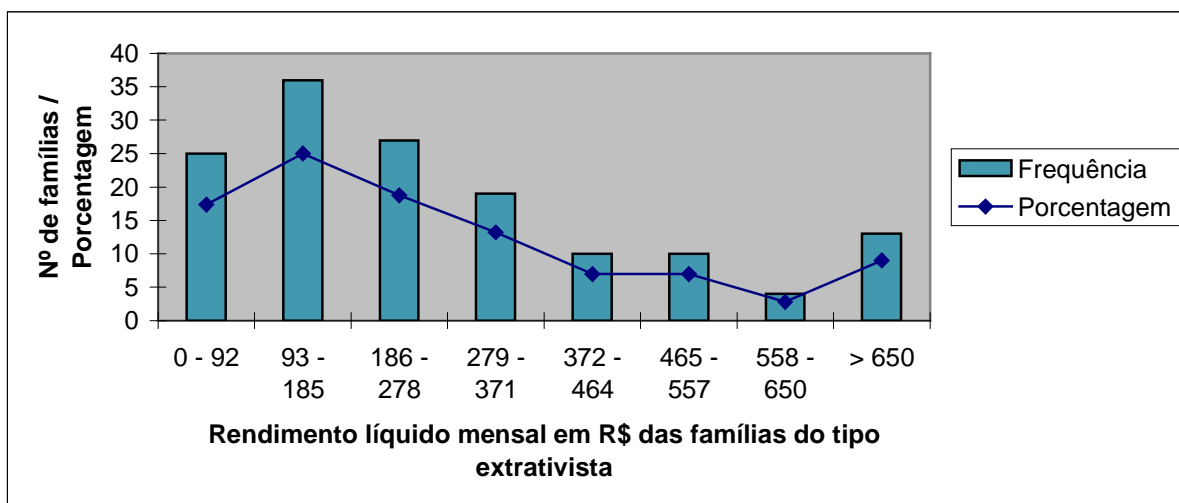


GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL COM RECEBIMENTO DO PREÇO MÍNIMO – TIPO EXTRATIVISTA
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

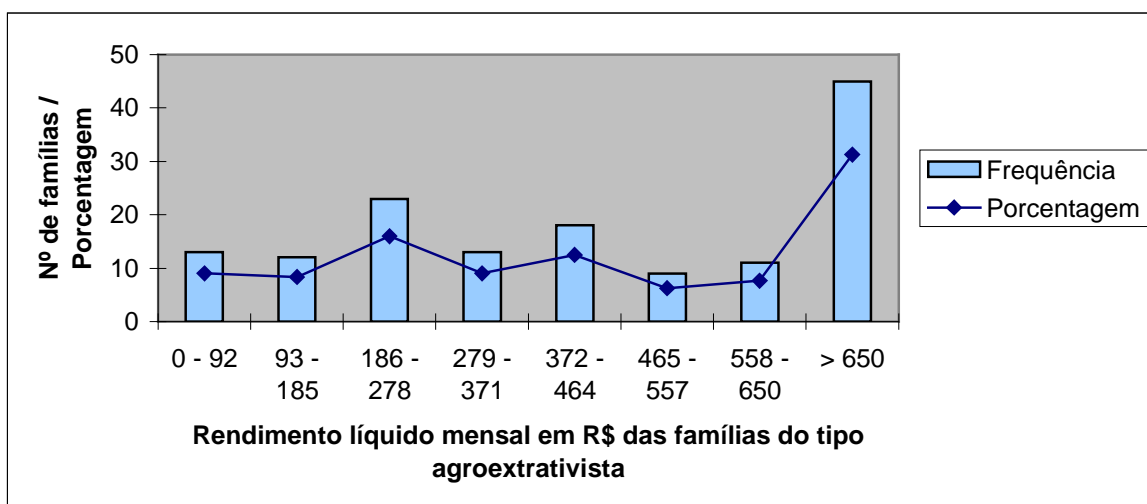


GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR FAIXA DE RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL COM RECEBIMENTO DO PREÇO MÍNIMO – TIPO AGROEXTRATIVISTA
 FONTE: DADOS DO ESTUDO

Deste modo, considerando o preço mínimo e o salário mínimo vigente em 2009 (R\$ 465,00) e que as famílias são do tipo extrativista podemos observar que 81,3% delas teriam rendimento líquido mensal abaixo do salário mínimo (Gráfico 11), aumentando o

número de famílias que receberiam menos que um salário mínimo por mês em relação aos valores obtidos em 2006.

O Gráfico 12 mostra que considerando o preço mínimo fixado pelo governo federal, cerca de 55% das famílias desse grupo receberiam menos que um salário mínimo em 2009, portanto a maioria das famílias do tipo agroextrativista também estaria em pior situação em relação a 2006.

De 2006 para 2009 houve uma diminuição no preço de mercado da castanha, portanto as famílias tiveram seu rendimento diminuído frente ao aumento de preços dos produtos para sua subsistência.

Analisando o rendimento líquido mensal das famílias dos tipos extrativista e agroextrativista nos dois períodos, observa-se que apenas com a produção atual obtida pelos castanheiros a maioria das famílias obtém renda mensal abaixo do salário mínimo, não conseguindo, portanto rendimento suficiente para atender suas necessidades vitais básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, conforme consagrado na Constituição Federal¹⁰. Isso sem considerar as discussões sobre a insuficiência do valor do salário mínimo que fere o direito fundamental social do trabalhador e sua família à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. E sem considerar, também, que o salário mínimo deveria ser suficiente para a sobrevivência de uma família composta de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) e que as famílias extrativistas e agroextrativistas da Resex Cajari, por exemplo, são compostas em média por 5 e 6 pessoas respectivamente, segundo SOUZA (2006, p. 74 e 82).

¹⁰ Artigo 7º, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Outro ponto importante de destacar é que na composição dos custos não é levado em consideração o número de dias efetivos gastos no trabalho de campo, o custo da alimentação, e as condições de trabalho. Realizada durante os meses de inverno, a atividade de coleta, quebra dos ouriços e transporte da castanha é feita literalmente debaixo de forte chuva sem equipamentos de proteção (bota, capacete, luva, capa de chuva etc) e sob condições bastante degradantes. Nesse período os ouriços caem de alturas de até 50 m, podendo causar ferimentos muito sérios. O produtor carrega nas costas com o auxílio de um paneiro até 50 kg durante a jornada diária de trabalho. Dessa forma, e com retorno econômico baixo, a atividade extrativista não se mostra atrativa o suficiente para manter os filhos dos produtores envolvidos na produção de castanha, e sem mudanças estará fadada a extinção.

No caso do extrativismo da castanha no sul do Amapá não há que se falar em custos com preparo do solo, máquinas, remuneração da terra, etc, pois se utiliza poucos materiais na coleta dos ouriços e a terra faz parte de uma reserva federal. Para estabelecer o preço mínimo da castanha-do-brasil a equipe técnica da CONAB considerou o preço de mercado, a conjuntura do produto e as despesas de custeio da atividade extrativista como mão-de-obra e custos variáveis. Segundo a equipe técnica CONAB, os dados foram pesquisados nos três principais estados produtores que são o Acre, Amazonas e Pará, responsáveis por cerca de 91% da produção nacional de castanha (IBGE, 2008). Com baixa representatividade na produção nacional, apenas 2%, os dados de produção do Amapá não foram considerados para definição do preço mínimo da castanha.

Existem algumas dificuldades a serem superadas entre elas podemos citar: (1) Para ter direito de acesso à PGPM o produtor deve ter Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - (DAP), sendo este documento emitido pelo órgão de extensão estadual (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP). Por problemas operacionais (falta de acesso à rede mundial de

computadores), a capacidade de cadastramento do RURAP ainda é bastante limitada; (2) Para receberem o valor da subvenção garantida pela PGPM os produtores devem apresentar nota de venda. Ocorre que a maioria dos produtores de castanha vende sua safra para agentes intermediários que não fornecem nota.

5 CONCLUSÕES

Considerando que as famílias são do tipo extrativista, a partir da análise dos dados concluiu-se que em 2006 a maioria dos castanheiros do Território Sul do Amapá obteria rendimento líquido mensal com o extrativismo da castanha-do-brasil inferior ao salário mínimo vigente na época, indicando que existe a necessidade de desempenhar outras atividades produtivas, principalmente a agricultura, para manter um nível mínimo de subsistência. Quando considerada as famílias do tipo agroextrativista em 2006, verifica-se que 55,6% das famílias obteriam rendimento superior ao salário mínimo, mostrando que aliando a produção de castanha, o desempenho da atividade agrícola aumenta a qualidade de vida das famílias.

Aplicando o valor do preço mínimo da castanha fixado pelo governo federal em 2009 para a produção de 2006 dos castanheiros do Território sul do Amapá, verifica-se que o rendimento líquido mensal obtido pela maioria das famílias tanto do tipo extrativista como do tipo agroextrativista ficaria abaixo do salário mínimo em 2009.

A inclusão da castanha-do-brasil na PGPM é interessante para muitos castanheiros que recebem valores abaixo do preço de mercado por estarem localizados em regiões de difícil acesso, por venderem sua produção antes da safra ou por outros motivos, garantindo um retorno mínimo para os produtores.

Porém, com a produção e preços obtidos pelos extrativistas do sul do Amapá no modelo atual, verifica-se que a atividade não é viável economicamente para garantir uma qualidade de vida mínima para os extrativistas quando comparado o rendimento obtido e o salário mínimo. Dessa maneira as áreas protegidas no Território Sul do Amapá estão mantendo a sustentabilidade ecológica, porém sem sustentabilidade econômica e social das famílias extrativistas.

Para que a produção da castanha-do-brasil no sul do Amapá seja economicamente mais rentável para as famílias, proporcionando uma qualidade de vida melhor, é fundamental a realização de mais pesquisas sobre produtividade das castanheiras, treinamento para os produtores administrarem melhor os castanhais, maior agregação de valor ao produto, como no caso dos produtores da Bolívia, com investimentos em tecnologia e exportação da castanha sem casca, além de análises para aumento do preço mínimo e limite de subsídio fixado pelo governo para a castanha-do-brasil dependendo da região. É importante também a intensificação dos debates e programas sobre pagamento por serviços ambientais, como a manutenção da floresta em pé e recebimento por geração de créditos de carbono através de projetos aprovados por órgãos internacionais, para que as famílias consigam viver com dignidade e não aumentem os espaços de agricultura e pastagem nas áreas de proteção ambiental no sul do Amapá, inviabilizando sua sustentabilidade ecológica.

Analisando o histórico de ocupação e desenvolvimento do sul do Amapá, observa-se que o extrativismo de produtos da floresta é importante desde os tempos coloniais na geração de renda, direta ou indiretamente, para as famílias na região. A criação das áreas protegidas foi um importante instrumento para preservação da floresta em pé e garantia de áreas para o extrativismo da castanha-do-brasil para a população tradicional. Mais do que simplesmente uma atividade produtiva, o extrativismo faz parte das raízes culturais desta região e desta forma deve ser valorado como conhecimento tradicional associado a sociobiodiversidade amazônica.

6. REFERÊNCIAS

DINIZ, J.D.A.S. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-brasil**. Brasília, 2008. 388 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ENRÍQUEZ, G. E. V. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia: Biodiversidades, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. Brasília: 2008. 460 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

EULER, A.M.C. Estudos Básicos para o manejo e a produção sustentável de castanha-da-amazônia no Estado do Amapá. Macapá, 2009. 41 f. Plano de Trabalho. Projeto Kamukaia, Embrapa Amapá.

FILOCREÃO, A.S.M. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá**. Belém, 2005. 520 f. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/535/default.aspx#ancor>> Acesso em: 29.nov.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=289&z=p&o=23>>
Acesso em: 29.nov.2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais** - Decreto no 6040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.mds.gov.br/arquivos/decreto_6040_de_07_de_fevereiro_de_2007.pdf> Acesso em: 22.nov.2009.

Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/plano-nacional-para-promocao-de-produtos-da-sociobiodiversidade-proposta-e-aprovada-em-brasilia>> Acesso em: 28.nov.2009.

PICANÇO, J.R.A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá.** Natal, 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SALDANHA, J.D.M. & CABRAL, M.P. A Arqueologia do Amapá: Re-avaliação e novas perspectivas. In: Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, I, 2009, Belém. Anais, Belém: MPEG, 2009. p. 95-110.

SOUZA, W.P. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia: a reserva extrativista do rio Cajari no Estado do Amapá.** Belém, 2006. 167 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará. Embrapa Amazônia Oriental.

SOUZA, W.P. & EULER, A.M.C. Diagnóstico do Setor Produtivo e da Comercialização da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no Território Sul do Amapá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA VI, CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA II, 2009, Curitiba. **Anais** Curitiba: 2009. p. 3702-3705.

STEFANELO, E.L. **A política de garantia de preços mínimos no Brasil: classificação e operacionalização dos seus instrumentos no período 1990-2004.** Florianópolis, 2005. 176 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.